

**38.** Os resultados da investigação conduzida pela Polícia Federal a respeito do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018, apresentaram fortes indícios de que o assassinato da parlamentar decorreu de sua resistência às iniciativas de legalização da grilagem de terras invadidas e à implementação de loteamentos irregulares ligados à milícia em diferentes áreas da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Deste fato, de repercussão internacional, depreende-se que os negócios que envolvem a regularização fundiária de áreas invadidas ilegalmente por milícias e o fornecimento de serviços e equipamentos urbanos são estratégicos para a ampliação e manutenção deste sistema político perverso, cuja dinâmica, porém, não é isolada e tampouco recente, por tratar-se de um tipo de operação comum no “subsistema político” de outros municípios brasileiros.

Raquel Rolnik et al, Folha de São Paulo, 26 de março de 2024.

Este modo de grilagem de áreas e terras públicas, de comandar o fornecimento de serviços públicos e de interferir e controlar a regularização fundiária pode ser resumidamente compreendido como uma das faces mais perversas e perniciosas

- A) da atuação policial em periferias e subúrbios cariocas.
- B) da atuação política e parlamentar na regularização fundiária de áreas ocupadas ilegalmente.
- C) da militarização da questão urbana.
- D) do urbanismo miliciano.

Assunto: Conflitos urbanos

A descrição apresentada corresponde à prática conhecida como "urbanismo miliciano", que envolve a apropriação ilegal de terras, o controle de serviços públicos e a interferência na regularização fundiária por parte de grupos paramilitares ou milícias em áreas urbanas. A atuação desses grupos muitas vezes está ligada à exploração econômica ilegal de terras e ao controle de áreas periféricas das cidades, resultando em uma dinâmica de poder coercitiva e corrupta.

Item: D